



Periférico, trabalhos emergentes: participação social na elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos TFGs da FAU/UnB.

Periférico, emergent projects: social participation
in the elaboration of architecture and urbanism
final projects at FAU/UnB.

*Liza Maria Souza de Andrade, Universidade de Brasília,
Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
lizamsa@gmail.com.*

Resumo

Com o avanço do capitalismo global, de políticas neoliberais, de austeridade em vários âmbitos, a área de extensão nas universidades terá num futuro próximo um papel muito significativo. As teorias e práticas urbanísticas e do território precisam passar por uma profunda reflexão e mudanças. A ideia de criar o grupo “Periférico, trabalhos emergentes” da FAU/UnB surgiu para atender uma grande demanda de projetos sociais que o escritório modelo de arquitetura e urbanismo – EMAU/CASAS - da FAU/UnB não consegue suprir. O Periférico busca trabalhar com temas marginais, pouco abordados nos cursos de arquitetura e urbanismo de forma emergente, envolvendo as comunidades na participação da elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos Trabalhos Finais de Graduação, visando melhorar a atuação dos arquitetos na produção do ambiente construído, que ainda gira em torno de 8%. Até o momento, foram desenvolvidos os seguintes temas: habitação social, plano de bairro, espaços socioprodutivos no campo, equipamentos comunitários, espaços públicos e parques urbanos. O objetivo deste artigo é apresentar resultados dessa experiência, com destaque para o urbanismo participativo e a metodologia utilizada no processo de projeção, tanto a participação quanto as análises e soluções de padrões espaciais baseados em Alexander et al (1977) e Andrade (2014). A metodologia se mostrou satisfatória, considerando o envolvimento da comunidade e a continuidade de alguns projetos, bem como a transformação do estudante no processo de aprendizagem e a qualidade dos projetos apresentados. O grande desafio ainda a vencer é conciliar o tempo da comunidade com o tempo de cobrança da universidade, o que acaba atropelando as ações com a comunidade.

Palavras Chave: Periférico, trabalhos emergentes, urbanismo participativo, padrões espaciais, trabalhos finais de graduação.

Abstract

With the advance of global capitalism, of neoliberal politics, of austerity in various scopes, the University Extension will have, in a close future, a very significant role. The theories and urban or land practices need to face a profound period of reflexion and changes. The idea of creating the group “Periferico, emergent projects” in FAU/UnB was born from the large demand of social projects that the model office of architecture and urbanism (EMAU/CASAS – FAU/UnB) could not respond to. This group aims to work with peripheral issues that tend to be little addressed in architecture and urbanism courses, specifically with an emergent approach, bringing communities to actively participate in the project. Such community involvement in the final projects aspires to improve the action of architects into the built environment, which is still close to 8%. Until this moment the following themes were developed: social housing, neighbourhood plan, socio-productive rural spaces, community centres, public spaces and urban parks. This paper intends to present the results of such experience with emphasis on participative urbanism and the methodological process for projecting. The participation process as well as the analysis and solutions were based in Alexander et al (1977) and Andrade (2014). The applied methodology resulted satisfactory, considering community involvement and the continuity of some

of the projects, as well as the transformation of student's performance during learning process and the quality of presented projects. The main challenge that remains to overcome is the conciliation of community and university schedules, once the institutional demands end up rolling over communities specific time.

Keywords/Palabras Clave: Periférico, emergente projects, participate urbanismo, spatial patterns, final projects.

INTRODUÇÃO

Enquanto o mundo caminha para uma crise da humanidade e ecológica sem precedentes, com o avanço do capitalismo global em todos os países por meio de políticas de austeridade, as ações humanas emergentes despertam para novas possibilidades de resistência na forma de ocupações do espaço em vários âmbitos. Neste contexto, Boaventura de Sousa Santos ressalta que a área de extensão nas universidades terá, num futuro próximo, um papel muito significativo. As universidades devem conferir uma nova centralidade às atividades de extensão, com implicações nos currículos e carreira dos docentes bem como no ensino e na pesquisa para oferecer um modo alternativo no fortalecimento das democracias, na luta contra o neoliberalismo, a exclusão social, a degradação ambiental e na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2011, p.73).

Há limites e possibilidades, de natureza estrutural e conjuntural na Política Nacional de Extensão Universitária – PNEU - (FORPROEXT, 2012, p. 13) do Brasil. Como limites destacam-se: o financiamento instável, que prejudica a continuidade dos projetos; o marco jurídico-legal defasado, que emperra a gestão universitária; a estrutura acadêmica rígida com currículos pouco flexíveis, conservadora e, muitas vezes, elitista, que dificulta as mudanças nas direções demandadas pela sociedade brasileira. Na busca pelo desempenho da pesquisa para atender as exigências da CAPES (QUALIS), a Extensão Universitária ainda é tratada como um eixo separado da pesquisa, com peso inferior, com pontuações bem abaixo nos programas de pós-graduação, o que não atrai os pesquisadores para esta frente de trabalho. O que é um paradoxo na visão de Edgar Morin, “quem pensa o mundo não faz o mundo e vice-versa¹” visto que o pensamento e prática não são distintos da vida. Houve um tempo em que os sábios, eventualmente chamados de cientistas ou artistas, circulavam por diversos campos da cultura.

As potencialidades para o campo de extensão a serem exploradas, descritas no Plano Nacional de Extensão como diretrizes principais são a saber: a interação dialógica; a interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, estabelecida na Constituição Federal de 1988; o impacto na formação do estudante e o impacto e transformação social. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX determina que a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012).

O plano categoriza em áreas temáticas de extensão: a Comunicação, a Cultura, os Direitos Humanos e a Justiça, a Educação, o Meio-Ambiente, a Saúde, a Tecnologia e a Produção, o Trabalho. As áreas de arquitetura e urbanismo e planejamento urbano e regional se encaixam nos grande temas descritos anteriormente, sendo ainda necessário explorar mais os campos – como Desenvolvimento regional, Desenvolvimento rural e questão agrária, Desenvolvimento territorial e tecnologias, Direitos individuais e coletivos, Desenvolvimento urbano, Gestão pública e Gestão do trabalho, conforme apontado nesta Sessão Temática do XVII do Enanpur de 2017.

Apesar do campo da extensão abranger uma vasta área de serviços que vai desde o atendimento e envolvimento com grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidade

¹ Fronteiras do Pensamento Edgar Morin "É preciso ensinar a compreensão humana"05.032015. Disponível em <http://www.fronteiras.com/entrevistas/edgar-morin-compreensao-humana>.

loais e regionais, à assistência aos governos locais, ao setor público e ao setor privado, é importante reforçar que, o objetivo principal deve ser direcionado a resolver os problemas de exclusão e da discriminação social, escutando essas comunidades e evitando que essas atividades sejam orientadas para atividades rentáveis com intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários que levem à privatização da universidade pública (SANTOS, 2011).

Santos (2011) acredita que a pesquisa-ação tem forte papel nos estudos sobre “ecologia dos saberes”, que consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais integradas ao problema – cuja solução pode beneficiar o resultado da pesquisa (interesses sociais e interesses científicos). Os diálogos devem ocorrer entre o saber científico ou humanístico e saberes populares, tradicionais, urbanos, camponeses – ou até mesmo culturas não ocidentais. No entanto, o grande desafio é não transformar a atividade de extensão em uma “invasão cultural”, lembrando Paulo Freire, apenas levando-se conteúdo, que reflete a visão de mundo daqueles que superpõe a daqueles que passivamente recebem.

Na visão de Freire (1985) há uma incompatibilidade entre o termo extensão e uma ação educativa de caráter libertador. As palavras tem um sentido de base, um sentido contextual, a aproximação semântica do termo extensão nos leva a entendê-lo como uma ação de estender alguma coisa a alguém ou aquilo que recebe o conteúdo. Porém, todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos, por meio da comunicação. Entende-se comunicação por reciprocidade que não pode ser rompida, “não há sujeito passivos”, os sujeitos são “co-intencionados” ao objeto de seu pensar, se comunicam seu conteúdo. “Só se comunica o inteligível na medida em que este é comunicável” (FREIRE, 1985, p. 66-67).

O processo participativo no planejamento urbano e regional permite reforçar que os cidadãos se reconheçam em seu bairro e em sua cidade. A realidade da localidade, conforme entendida pelos membros da própria comunidade, pode ser bastante distinta daquela idealizada nos ambientes acadêmico e profissional da Arquitetura e Urbanismo. Segundo Freire e Oliveira (2009), na visão de Paulo Freire as cidades ensinam as gerações mais novas, é necessário restaurar e inventar de novo o poder local, criar possibilidades diferentes que tornem possível a experiência da solidariedade para criar cidades educadoras, bairros educadores. Todos os membros da comunidade se tornam educadores, artistas, pintores, cantores, artesãos, na medida em que todos contam histórias de como sobreviver com solidariedade.

A participação das comunidades no processo de planejamento ainda é muito incipiente, apesar de a gestão democrática ser um dos requisitos básicos do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001) para alcançar o direito à cidade por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. O campo do urbanismo e planejamento urbano e regional precisa avançar na questão da participação nos processos de planejamento; segundo Montaner e Muxí (2013, p.211) a prática urbanística tecnocrática está desacreditada, “parte da teoria urbanística desenvolvida no século XX encontra-se obsoleta e foi superada pela realidade”.

Por sua vez, os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil, salvo algumas exceções, ainda não estão preparados para formar o profissional que direcione sua atividade profissional para temas sociais ou marginais à arquitetura do *status quo* como a questão das ocupações urbanas, das ocupações culturais, dos espaços periféricos degradados, da habitação social direcionada para os movimentos sociais no âmbito urbano ou rural, MTST e MST, ou para as comunidades tradicionais

no campo, nas águas e nas florestas, que inclui os camponeses, índios, quilombolas e urbanismo periférico que tem baixa qualidade urbana e ambiental. No evento ocorrido em Brasília em 2015, III Colóquio Habitat e Cidadania: habitação social no campo nas águas e nas florestas, no qual os camponeses, índios e quilombolas foram os protagonistas, ficou evidente a demanda por profissionais da área de arquitetura e urbanismo.

Embora tenha sido sancionada em 2008, a lei de Assistência Técnica (11.888/08) ainda não é realidade em boa parte do Brasil. Segundo dados da União Internacional dos Arquitetos – UIA – os arquitetos trabalham para 8% da população (CAU, 2016)². Esta lei assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. A lei determina que a assistência dar-se-á por meio de profissionais ligados a prefeituras que atuam em organizações sem fins lucrativos e profissionais liberais, integrantes de programas de residência³ acadêmica em arquitetura, urbanismo e engenharia, assim como de extensão universitária, por meio de escritórios-modelo.

De acordo com a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura – FENEA – o EMAU é um projeto de Extensão Universitária unida à pesquisa e ao processo de graduação. A finalidade do EMAU não é apenas completar a formação do estudante de arquitetura, mas também para afirmar um compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida. O processo projetual dos Escritórios Modelos está fundamentando no diálogo entre as partes e tem como objetivo produzir um bem coletivo, podendo resultar na apropriação e consequente sustentabilidade da comunidade. É fundamental que a comunidade se sinta integrada ao processo de construção coletiva, contribuindo com seu conhecimento empírico.

O Escritório Modelo CASAS, Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável, o EMAU da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília que atua desde 2002, é reconhecido como Programa de Extensão de Ação Contínua – PEAC - desde 2009, com o PATUA⁴ e ASAS, vem desenvolvendo um papel importante no contexto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB como um escritório modelo para a formação dos estudantes e seu objetivo é garantir que, cada vez mais, alunos tenham contato com demandas reais de projetos de arquitetura com cunho social.

No entanto, a atuação do CASAS, assim como a de vários EMAU's no Brasil, apesar de sua importância, enfrenta dificuldades por falta de apoio de docentes nas faculdades para formar um grupo de estudantes e debater a arquitetura e urbanismo emergentes participativo e mais sustentável. Atualmente, apesar do apoio constante do Decanato de Extensão da UnB com algumas bolsas dos Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEAC), a impermanência dos estudantes nos EMAU's, a indisponibilidade de professores para orientar os trabalhos e a falta de recursos para manutenção do escritório, são os principais desafios. No entanto, o CASAS cumpre um papel social fundamental necessário dentro da FAU/UnB, tanto da formação dos estudantes quanto na inclusão dos saberes populares no processo de pesquisa e elaboração de soluções de projeto.

² Fonte: Assessoria de Comunicação do CAU/BR e Assessoria de Imprensa do Congresso Pan-Americano de Arquitetos <http://www.cau.br/gov.br/lei-de-assistencia-tecnica-ainda-nao-e-realidade-no-brasil/>

³ A Residência surge como um programa de extensão universitária para a aplicação da legislação federal de Assistência Técnica Pública e Gratuita como a Residência em Planejamento Urbano e Regional da USP e a Residência em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade da UFBA.

⁴ PATUA - Programa de Assistência técnica em Urbanismo e Arquitetura e ASAS - Ações Sociais em Arquitetura e Urbanismo Sustentáveis.

Devido a uma crescente demanda por parte dos estudantes para trabalhar com a realidade complexa, tendo em vista a grande distância do profissional de arquitetura e urbanismo dos projetos sociais voltados camadas mais pobres da população, percebeu-se uma possibilidade de dar continuidade aos trabalhos de extensão nos trabalhos finais de graduação, que em grande parte são elaborados como simulações de realidades e não chegam até as localidades.

Assim, pretende-se apresentar nesta sessão o grupo de extensão em processo de formação o “PERIFÉRICO, trabalhos emergentes” que está sendo criado para atender uma grande demanda de projetos sociais que o escritório modelo de arquitetura e urbanismo – EMAU/CASAS da FAU/UnB - não consegue atender, tendo em vista que as estruturas curriculares das faculdades de arquitetura e urbanismo são muito rígidos, pouco flexíveis, pouco adequadas à formação de profissionais-cidadãos. As figuras 1, 2 e 3 ilustram momentos do processo participativo do grupo Periférico.

A intenção do grupo Periférico é se tornar outro PEAC da UnB e estender para a pós-graduação para dar apoio também ao CASAS com estudantes da pós-graduação. Portanto, o objetivo desta comunicação é apresentar esta proposta de Extensão Universitária do grupo Periférico, demonstrar os resultados dessa experiência, com a metodologia utilizada no processo de projeção, tanto a participação quanto as análises e soluções de padrões espaciais baseados em Alexander et al (1977) e padrões dos ecossistemas urbanos desenvolvidos por Andrade (2014), propostas alternativas desenvolvidas ao longo do processo e o produto final.



Figura 1 - Processo de projeto dos Espaços Socioprodutivos desenvolvido junto à comunidade do Assentamento Pequeno William do MST, desenvolvido por Camila Maia



Figura 2 - Processo de projeto de Habitação Social (PMCMV-Entidades) desenvolvido junto à comunidade da Vila Telebrasilândia – DF, desenvolvido por Luísa Venâncio



Figura 3 - Processo de projeto do Parque Sementes do Itapoã desenvolvido junto à comunidade do Itapoã – DF, desenvolvido por Priscila Mitti.

Até o momento foram desenvolvidos os seguintes temas no âmbito dos Trabalhos Finais de Graduação que envolvem o urbanismo participativo: habitação social, plano de bairro, espaços socioprodutivos no campo, centros comunitários, espaços públicos e parques urbanos, ilustrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Alguns exemplos de projetos desenvolvidos pelo grupo Periférico

Alguns temas desenvolvidos pelo grupo Periférico		
<p>Habitação Social</p>  <p>Arquiteta: Luisa Venâncio</p>	<p>Espaços Socioprodutivos no campo - MST</p>  <p>Arquiteta: Camila Maia</p>	<p>Plano de Bairro</p>  <p>Arquiteto: Pedro Ernesto</p>
<p>Equipamentos comunitários</p>  <p>Arquiteta: Julia Luna</p>	<p>Espaços públicos</p>  <p>Arquiteta: Natalia Magaldi</p>	<p>Parques Urbanos</p>  <p>Arquiteta: Fernanda Galvão</p>

A DEMANDA POR NOVOS PROCESSOS PARA PROMOVER UM URBANISMO PARTICIPATIVO, MAIS ECOLÓGICO E UMA ARQUITETURA SOCIAL.

O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil procura abranger os mais diversos temas em que o trabalho do arquiteto consegue atuar para atender às expectativas sociais. Porém, esta necessidade de atender à diversidade de temas (um tanto questionável) tem contribuído para uma deficiência no ensino da atividade projetual dos estudantes quanto às demandas emergenciais e emergentes, bem como ao processo participativo que envolva comunidades e seus saberes populares e bens culturais de forma a contribuir para que essa população possa obter recursos financeiros e alcançar a sustentabilidade em sua essência. É necessário refletir sobre novas epistemologias para o urbanismo contemporâneo.

Conforme analisam Montaner e Muxí (2013, p.38), os perfis dos profissionais que se formam continuam a se basear no falso pertencimento a um grupo de excelência que trabalham para os setores mais favorecidos, qualificando-se como servidores do poder cuja atuação perante aos

outros setores é quase sempre assistencialista e por meio de instâncias superiores. Assim, atualmente, o grande desafio da profissão de arquiteto e urbanista do século XXI é formar universitários que fortaleçam as sociedades democráticas e mais justas.

Neste sentido, Montaner e Muxí (2013), destacam que existe uma polarização nas atuações e posições dos arquitetos e urbanistas em dois extremos: aqueles que querem ou precisam ser fiéis ao status quo e ao seus clientes, e outros que tentam melhorar a vida das pessoas. Os primeiros estão sempre tentando conseguir um destaque na mídia para ser reconhecido a todo custo, adotando posturas e meios que esses grupos tendem a promover, se orientando para serem arquitetos dos poderosos. Os segundos, por sua vez, se quiserem ser fiéis a sua função social terão que superar a pressão e se dedicar a fazer um trabalho mais culto, crítico, multidisciplinar e coletivo que participe de projetos sociais e de cooperação.

A função do arquiteto hoje no contexto do monopólio do poder econômico está condicionada a servir aos interesses do poder privado e do poder público, desconsiderando-se uma grande parcela da população que poderia usufruir de uma assistência técnica para melhoria da qualidade do espaço das edificações e dos espaços públicos, das condições de conforto ambiental, de agradabilidade visual, de legibilidade como de identidade e afetividade com o lugar de origem.

A cidade hoje é vista como o lugar do negócio financeiro, um lugar a ser explorado a fim de contribuir com o capital global; o desenho urbano e a arquitetura, com sua morfologia e tipologias arquitetônicas, são pensados para atender a este modelo que é expresso em cidades dispersas e expansivas com grandes arranha-céus e mecanismos neoliberais de gestão.

Na história do urbanismo, essa disciplina nasceu e desenvolveu como disciplina prática de intervenção para ordenar o território com a finalidade de organizar o funcionamento da cidade e do acesso aos bens e serviços coletivos de seus habitantes e usuários. Foi apenas no século XIX que, pelas mãos do espanhol Ildefonso Cerda, o urbanismo estabeleceu-se como disciplina, o mais possível relacionada aos processos científicos tradicionais das ciências naturais. Porém, há uma diferença fundamental com as ciências naturais, uma vez que as leis culturais e sociais, ao contrário das leis da natureza, são instáveis e em permanente mutação, não podendo ser reduzidas em axiomas estáveis (MONTANER E MUXÍ, 2013).

A disciplina de urbanismo sempre teve como vocação a transformação social, melhorar a qualidade de vida das populações mais necessitadas e reduzir as desigualdades sociais. Porém essa vocação política foi desaparecendo com o tempo a favor do capitalismo especulativo dominante, como o que ocorre hoje. Dessa forma, a participação é utilizada por parte dos poderes públicos para gerar consenso passivo nas demandas de decisão e para deslegitimar o conflito social. O urbanismo hoje (incluindo a arquitetura dos grandes edifícios no *masterplan*) atua com intervenções em grande escala, a fim de alcançar mudanças qualitativas num contexto urbano geral. Porém, acredita-se que a arquitetura da cidade tem uma estreita relação com o modo de vida das pessoas, que está relacionado com o poder político e econômico, com a vontade do coletivo, do social e do comum, com o público e a permanência no futuro.

Neste sentido, a criação de espaços para relações entre as pessoas deve propor horizontes conhecendo bem os problemas e estando consciente dos efeitos da arquitetura na realidade urbana. Os projetos de intervenção urbana devem preconizar a valorização dos laços sociais e culturais existentes, a relação harmônica com a natureza e o emprego de tecnologias acessíveis.

Para enfrentar os desafios sociais e ambientais na visão de Montaner e Muxí (2013), algumas contribuições devem ser resgatadas como as tradições orgânicas e participativas do urbanismo,

baseado na auto-organização de baixo para cima (bottom up), as políticas de moradia popular, as novas políticas baseadas e nos transportes públicos, os edifícios públicos pensado para o aprendizado, o sociabilizar, a comunicação e expressão das pessoas, os espaços verdes, os eixos, os espaços de pedestres e ciclovias que fomentem a diversidade e as relações intersubjetivas. Considerando uma arquitetura ecológica e um urbanismo autenticamente participativo, é necessário pensar em 4 eixos de transformação: igualdade, diversidade, participação e sustentabilidade.

A igualdade talvez seja o mais importante porque abrange todos os eixos apontados. Perante a lei tem relação direta com os direitos humanos que preconizam os princípios de liberdade, igualdade, fraternidade e não discriminação. As políticas de bem estar social na Europa após da 2ª Guerra tiveram seu momento culminante com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Esses direitos foram adquiridos por etapas e por setores sociais.

O Direito à Cidade, um dos textos básico de Henry Lefebvre, escrito em 1968, teorizou sobre as mudanças do território produzidas no século passado e novos direitos relacionados com a cidade moderna passam a ser reivindicados como a moradia, o bairro, a reivindicação da vida cotidiana e a vontade de fazer parte e participar da cidade. Esta abordagem nos traz um canal de absorção de capital excedente ao longo da história, mais do que ter acesso aos recursos urbanos, o direito de mudar a percepção de nós mesmos sobre a cidade, para assim mudar a cidade (HARVEY, 2012).

O urbanismo igualitário, que trata a igualdade de oportunidade entre mulheres e homens, sem discriminação de gênero, sexo, cultura, língua e orientação sexual é um subeixo importante dentro da temática da igualdade. Na visão de Montaner e Muxí (2013), discriminação de gênero se expressa fortemente no urbanismo e na arquitetura, condições de conforto e segurança nos espaços públicos, praças, vias e parques, estilos de vida sob a ótica de gênero, condições dos sistemas de transportes, lugares de trabalho e acesso às edificações.

Os direitos gerais básicos como moradia, saneamento, espaço público e cultura ficaram a cargos dos governos locais e municipais. No Brasil, com o Movimento pela Reforma Urbana de 1963 e com a inclusão de dois capítulos sobre a política urbana na Constituição Federal de 1988, houve alguns avanços na agenda urbana entre os anos de 1980 e 1990, materializados na prática de várias prefeituras, que buscaram reverter a história da questão fundiária do solo urbano (Maricato, 2012)⁵. No entanto, somente com a aprovação da Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, o direito à cidade passa a ser adquirido, com a regulamentação de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo e de regularização fundiária, reforçando a importância do Plano Diretor como instrumento de política urbana municipal, dando nova possibilidade de resgatar para a sociedade a valorização provocada por seus próprios investimentos em infraestrutura urbana e de induzir a utilização de imóveis vazios em áreas urbanas.

O Estatuto da Cidade trouxe, como instrumentos, algumas ações importantes para a gestão democrática das cidades. Contudo, mesmo com os Planos Diretores a prática urbanística tecnocrática ainda não avançou o suficiente para a efetividade da participação popular no processo de planejamento, muitos municípios têm a participação entre suas propostas em audiências públicas, mas apenas para comunicar o que está sendo planejado, na maioria dos casos, os técnicos e políticos temem a participação dos atores e preferem tomar as decisões sem a intervenção dos envolvidos indo na direção das exigências do mercado.

⁵ Carta Maior. Cidades-Urgente: colocar a questão urbana na agenda nacional. Entrevista com Ermínia Maricato 08.06.2012. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Cidades-Urgente-colocar-a-questao-urbana-na-agenda-nacional/4/25307>.

Neste sentido, os Planos de Bairro tornam-se um instrumento que identifica em conjunto com os moradores, o conjunto de necessidades que garanta o bem estar e a vida coletiva dos habitantes de um bairro, bem como apresenta propostas para o encaminhamento das soluções apontadas. Segundo o grupo de pesquisa Lugar Comum da UFBA os Planos de Bairro tem como objetivo desenvolver análise e levantamento de demandas referentes à habitação, espaços públicos, transportes, saneamento, meio ambiente e impactos gerados por projetos localizados nas proximidades do bairro. Este plano também serve como instrumento de enfrentamento dos conflitos atuais colocados tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada.

A diversidade é outro eixo destacado por Montaner e Muxí (2013), o direito à igualdade quanto aos diferentes tipos de pessoas. Nem sempre a cidade pensada para todos inclui a diversidade social e cultural, de indivíduos, de lugares religiosos, costumes na sociedade pós-colonial e cidades e bairros multiculturais, o que inclui os imigrantes. Cada bairro deve exprimir a diversidade de culturas que nele habitam, suas músicas, seus imaginários, suas crenças, seus alimentos, suas maneiras de se relacionar com o espaço público. Deve valorizar as experiências e comunicá-las, entendendo que os imaginários urbanos são diferentes.

Alexander et al (1977) sugere que os bairros tenham os seus "mosaicos de subculturas" com pequenos agrupamentos de diversidade cultural, para não criar espaços homogêneos de um único tipo de pessoas, porém não excessivamente a ponto de individualizar-se. Os limites dessas subculturas podem ser lugares de encontros como vias, praças, parques, ruas comerciais, entre outros. Montaner e Muxí (2013) acreditam que os percursos, formas e símbolos de ruas, praças, escolas e edifícios públicos devem facilitar essa expressividade e inter-relações. O urbanismo para diversidade inclui múltiplas inter-relações, intersubjetividade urbana como um sistema de relações, considerando a análise da relação dos padrões de acontecimento com os padrões espaciais, evitando o discurso universal e único como foi o movimento moderno.

A participação na visão de Montaner e Muxí (2013) é considerada um instrumento ou procedimento valioso para promover a igualdade e a diversidade. É o ponto-chave para a transformação do urbanismo realizado por poucas pessoas, aberta às demandas sociais mais humanas e mais ecológicas, atenta às realidades locais. Porém, poucos arquitetos urbanistas ou planejadores urbanos estão dispostos a assumir o esforço do trabalho em equipe e de mudança de mentalidade, não são treinados a escutar as necessidades das pessoas.

Os processos que envolvem os projetos de arquitetura e urbanismo não são muito discutidos ou apresentados aos usuários e são cercados de investigações, análises, interpretações, avaliações, discussões que de certa maneira incluem uma subjetividade inerente ao projetista. Cabe ao arquiteto não apenas investigar o contexto, interpretar a realidade, mas também conceber, projetar, construir e transformar essa realidade. Ocorre que os processos de concepção de um projeto arquitetônico envolve diversas etapas que nem sempre são claras, seja ao produtor-arquiteto, seja ao observador de sua obra.

No entanto, no âmbito da arquitetura, observa-se que a aplicação da metodologia participativa traz o desenvolvimento positivo de diversos aspectos, como: precisão em mapeamento de atividades; precisão em definição de áreas e leiaute; inovação estética, através do hibridismo entre conhecimento acadêmico e popular; ampliação da variedade de técnicas e métodos construtivos, na busca de atender às situações com alto grau de restrição; adequação da arquitetura em seu contexto político e social; minimização de custos e atrasos; aumento da qualidade de decisões; mais facilidade de implementação; antecipação de conflitos que a comunidade venha a enfrentar (DAVIS et al, 2013).

Nos últimos anos, acompanhados de uma grande crise econômica mundial, vêm surgindo diversas iniciativas populares de menor escala com o propósito de melhorias dos espaços públicos.

Segundo Rosa (2011, p.5), a procura por novos tipos de planejamento alternativo, as práticas urbanas criativas advindas do “microplanejamento” configuram uma forma de experimentação para abordar a complexidade crescente das cidades, capazes de absorver o que emerge e é gerado pelos meios urbanos.

Diversas experiências de Urbanismo Tático ou Urbanismo Participativo buscam transformações no cotidiano da vida urbana a partir do envolvimento dos usuários, propondo mudanças mais palpáveis e realistas em uma escala local, para gradativamente mobilizar mais pessoas e assim alcançar mudanças maiores. Este tipo de urbanismo adota a participação da população como ponto importante na construção da cidade, cidadãos como produtores de uma cidade, uma lógica de baixo para cima, bottom-up.

De acordo com Montaner e Muxí (2013, p.18), é importante recuperar teóricos que já pensavam em estratégias adequadas à participação e relacionados a conhecimentos e formas compartilhadas na arquitetura como os “argumentos participativos” de John Turner, os “padrões” de Christopher Alexander⁶ elaborados na década de 1970 e os “suportes” de John Habraken.

Por fim, o outro eixo norteador deve ser guiado pelos princípios de sustentabilidade. Os princípios trabalhados por Andrade (2005) formam uma estrutura sistêmica e integrada para auxiliar a entender o potencial para implantar assentamentos urbanos sustentáveis com soluções simples, capazes de resolver vários problemas de uma só vez, ou várias soluções combináveis entre si. Tais princípios são: proteção ecológica (biodiversidade), adensamento urbano em áreas centrais, revitalização urbana de áreas degradadas, implantação de centros de bairro e desenvolvimento da economia local, implementação de transporte sustentável e moradias economicamente viáveis, comunidades com sentido de vizinhança, tratamento de esgoto alternativo, drenagem natural, gestão integrada da água, energias alternativas e, finalmente, as políticas baseadas nos 3R’s (reduzir, reusar e reciclar). Eles são úteis na fase de diagnóstico da região para identificação de impactos e conflitos socioambientais e proposição de diretrizes.

Os trabalhos do grupo Periférico têm como fundamentos para aplicação de “códigos geradores” de soluções para o processo de desenvolvimento dos projetos os padrões desenvolvidos por Alexander et al (1977) e padrões dos ecossistemas urbanos desenvolvidos por Andrade (2014) que serão detalhados nos aspectos teóricos e metodológicos a seguir.

O PROCESSO METODOLÓGICO PARA OS PROJETOS DO GRUPO PERIFÉRICO

O campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo está inserido no campo da ciência social aplicada, mas ao mesmo tempo, que ele procura atender às expectativas sociais, tem reflexos na sociedade, causa impacto no meio físico e nas pessoas. Segundo Kohlsdorf (1985), uma disciplina só se estabelece quando explicitada tanto sua componente profissionalizante, com o estabelecimento de regras de ação, quanto a sua componente “especulativa”, com o procedimento ao conhecimento de seu objeto.

Na visão de Holanda (2007), o espaço urbano é explicado como uma “variável” dependente de resultado de determinadas políticas, situações socioeconômicas, histórico-sociais, conflitos de

⁶ O grupo Periférico tem como fundamentos básicos o trabalho de Christopher Alexander.

classes, processos de poder, ideologias, em outras palavras é “resultante disso”. Porém pode ser explicado como uma “variável independente”, que causa impacto no meio ambiente, na flora, na fauna, nos ecossistemas, nos recursos hídricos, no solo, etc. e, ao mesmo tempo deve atender as expectativas sociais para um bom desempenho quanto aos aspectos funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos, de identidade e orientabilidade, afetivos, simbólicos e estéticos bem como éticos e ecológicos. Portanto, é necessário o desenvolvimento de estudos que passe por uma investigação do espaço urbano como uma “disciplina acadêmica”. (Holanda e Kohlsdorf, 1995)

Considerando os fatores inerentes à área de arquitetura e urbanismo para que os projetos dos Trabalhos Finais de Graduação possam ser aprovados nas bancas avaliadoras, além da participação social, o processo de projeto dos trabalhos do grupo Periférico é dividido em 3 partes que são inter-relacionadas: análise do contexto físico e social, a participação, a elaboração dos padrões espaciais e as propostas alternativas.

1ª Etapa: análise do contexto

Inicialmente, considerando a arquitetura como “variável dependente” de processos históricos e culturais, realiza-se um diagnóstico da área a ser trabalhada, buscando todas as informações nos planos do território, na legislação, urbana e ambiental, bem como nos dados socioeconômicos da localidade (HOLANDA, 2007). Paralelamente, como um processo dialético, também se analisa o espaço, como uma variável “independente” que causa impacto no modo de vida das pessoas, por meio dos atributos morfológicos da área de estudo baseada na metodologia das Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização (HOLANDA, 2007; KOHLSDORF, 2006). Esse diagnóstico espacial baseia-se na metodologia de projeção arquitetônica fundamentada na taxonomia por resposta dimensional a partir da pesquisa Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização (Grupo de Pesquisa DIMPU: FAU-UnB / FINEP / CNPq, 1985 - 1994). Consiste na avaliação do espaço arquitetônico em relação a cada expectativa social. Desenvolve-se, portanto, várias avaliações de um mesmo lugar, cada uma relacionada à determinada dimensão. Entendendo-se por dimensão “todo plano, grau ou direção no qual se possa efetuar uma investigação ou realizar uma ação”⁷.

Holanda e Kohlsdorf (1996) propõem entender arquitetura como qualquer espaço socialmente utilizado e, portanto, como situação relacional e dimensional. A qualidade de um mesmo espaço arquitetônico pode variar conforme cada expectativa/dimensão considerada; seu juízo global é uma ponderação entre avaliações parciais, pois as expectativas/dimensões recebem priorizações diferentes para cada indivíduo ou grupo social considerado. A classificação de expectativas sociais gera taxonomia dos lugares que são as dimensões com várias descrições de um mesmo lugar, segundo diferentes atributos (categorias e elementos analíticos).

A teoria agrupa seis dimensões equânimes: funcionais, bioclimáticas (conforto térmico, acústico, luminoso e qualidade do ar), econômicas (infraestrutura urbana), expressivo-simbólicas, sociológicas (facilidade de encontros não programados no espaço público) e topoceptivas (orientação e identificação). Não existem, em princípio, diferenças de valor entre elas. Considerar uma ou outra mais importante é questão dependente de pessoas, grupos e contextos culturais. A metodologia é dividida em três movimentos recorrentes, análise da situação existente, avaliação de desempenho quanto às expectativas sociais, às dimensões morfológicas e propostas de programa

⁷ ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1982:260

de necessidades em todas as dimensões analisadas no formato de padrões, conforme será descrito na próxima etapa.

Além do vínculo entre pessoas e espaços da cidade, registram-se relações mais abrangentes em seu cotidiano, porém envolvendo necessariamente as articulações que se estabelecem entre os indivíduos e os lugares onde estão. Isto porque, em todos os tempos e situações onde haja processo social, sempre existem relações entre pessoas, de pessoas com o meio ambiente e de pessoas com o mundo simbólico. Assim, desenvolveram-se áreas de conhecimento para tratar de cada uma dessas “macrodimensões”: as primeiras são objeto do campo da ética; as segundas, da ecologia e, as terceiras, do campo da estética. A dimensão ecológica aplicada à arquitetura estuda como a arquitetura realiza conceitos de natureza e conceitos do homem enquanto natureza, nas suas relações com a natureza, nas suas relações de maneira geral. Os valores ecológicos aplicados informam a maneira pela qual as características do sítio natural são incorporadas ao projeto do edifício ou de lugares como o relevo, o clima, os processos hidrológicos, os recursos regionais (disponibilidade e escassez), a cultura local como também a classe social de seu usuário e a gestão da construção.

Na macrodimensão ecológica da DIMPU foram introduzidos os princípios de sustentabilidade estudados por Andrade (2005), detalhados em estratégias e técnicas para o processo de desenho do espaço urbano. É uma tentativa de incluir a visão sistêmica no processo de planejamento para integrar os atributos das Agendas Verde e Marrom. Tais princípios são: proteção ecológica (biodiversidade), adensamento urbano em áreas centrais, revitalização urbana de áreas degradadas, implantação de centros de bairro e desenvolvimento da economia local, implementação de transporte sustentável e moradias economicamente viáveis, comunidades com sentido de vizinhança, tratamento de esgoto alternativo, drenagem natural, gestão integrada da água, energias alternativas e, finalmente, as políticas baseadas nos 3R's (reduzir, reusar e reciclar).

Assim, a parte inicial dos trabalhos do grupo Periférico consiste na análise do contexto espacial por meio das dimensões morfológicas e dos princípios de sustentabilidade, simultaneamente a análise dos dados socioeconômicos, culturais e dos atores que podem participar do processo.

2ª Etapa: Elaboração de padrões espaciais

A etapa seguinte consiste na elaboração de soluções na forma de códigos ou padrões que podem ser elaborados a partir dos problemas relatados pela comunidade, soluções apontadas pelas pessoas no processo participativo e pela análise do contexto local. De acordo com Alexander et al (1977) cada solução proposta em cada padrão é escrita no formato de instrução, contendo um caráter abstrato. A partir daí, cabe a cada um interpretar da melhor forma, adaptando suas preferências às condições e ao local do projeto. Por esta razão, as soluções não são impositivas, contêm apenas o essencial, a variável comum para a maioria dos lugares em busca do sucesso da solução do problema, o que permite ser utilizado como método de processo de projeto que incluiu o sujeito idealizador e o sujeito recebedor daquela solução

Para Salingaros (2003, p. 2), o reconhecimento de “padrões” que estão escondidos no observador casual é chave para o desenvolvimento científico, pois permite um melhor entendimento da natureza. Um padrão (neste caso, urbano) pode ser entendido como uma solução recorrente para resolver um problema de arquitetura e urbanismo ou técnico ou, até mesmo social. “[...] Qualquer que seja a maneira pela qual a solução tenha sido obtida, tão logo os seres humanos identificam um padrão e o comunicam - tanto oral como graficamente”. Essa capacidade em se comunicar

gerada pelos padrões possibilita um conhecimento reutilizável em desenho. Neste caso, a linguagem dos padrões fica vinculada às atividades humanas, à cultura e à tradição.

Os padrões (patterns), para Alexander et al (1977), são padrões de acontecimento que estão diretamente ligados com seu espaço. Os padrões de espaço nos mostram o que é a estrutura de uma cidade ou edifício. A cidade é formada por certos elementos físicos, que se inter-relacionam com os padrões de acontecimento. Assim, é possível identificar certos elementos que se repetem infinitamente, dispostos em uma variedade quase infinita de combinações.

Cada padrão descreve um problema que se repete dentro de nossas regiões, cidades edifícios e construções, e explica o cerne de uma solução possível, de maneira que você possa utilizar essa solução de várias formas diferentes. Portanto, um padrão não é um modelo urbano a ser repetido. Um conjunto de padrões determina uma comunidade viva que terá sua própria linguagem de padrões. Os padrões são organizados de uma escala maior para uma escala menor em uma sequência baseada sempre nas possíveis “conexões” entre cada uma. Cada padrão é uma regra de três partes que expressa uma relação entre: (1) um certo contexto; (2) um problema; e (3) uma solução. Foram descritos 253 padrões, interrelacionados, que variam no nível de detalhe, sendo a sua apresentação iniciada pelos padrões de nível mais global e seguindo depois para os de nível mais particular.

Andrade (2014) estabeleceu novos padrões baseados no mesmo formato de uma linguagem de padrões de Alexander et al (1977) para os ecossistemas urbanos, que abrangem todos os processos que sustentam os recursos naturais e humanos, integrando os componentes biológicos, físicos, sociais e do ambiente construído. Para o aprimoramento dos padrões, o grupo Periférico utiliza também, os padrões espaciais dos ecossistemas urbanos elaborados por Andrade (2014) para o desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem. A autora apresenta em seu trabalho uma síntese de padrões, que devem ser aplicados no nível da comunidade e no nível da paisagem, que estão em consonância com os princípios de sustentabilidade urbana. Foram sistematizados 38 padrões, de forma inédita, porém, lembrando que esses padrões são apenas complementares aos outros estudados. Portanto, Andrade (2014) orienta a consultar aos padrões desenvolvidos por outros autores para o desenvolvimento de projetos urbanos mais sustentáveis, ora mais voltados para a paisagem ora mais voltados para a comunidade, dependendo do contexto.

Os padrões são selecionados após um diagnóstico do local, ou seja, uma análise do contexto que contempla os padrões de acontecimento relacionados ao espaço e às expectativas sociais mapeadas pelas análises das dimensões morfológicas. Em cada projeto, após a seleção dos padrões, são desenvolvidos esquemas e desenhos relacionados a cada um como códigos geradores de processo, o que permite uma conexão entre eles de uma forma sistêmica. Os padrões, antes de serem desenhados, podem ser apresentados às comunidades como forma de linguagem entre projetistas e comunidade. Utiliza-se o jogo dos padrões como forma de aproximação com a comunidade.

3ª Parte: A participação

Conforme foi dito anteriormente, a participação é um instrumento necessário para promover a igualdade, a diversidade e a sustentabilidade nos ambientes urbanos, porém nem sempre é uma situação confortável para os projetistas, requer mais dedicação tempo e, mais recursos para promover eventos ou encontros da comunidade. E esta situação vinculada aos trabalhos finais de

graduação⁸, torna-se ainda mais complexa por estar presa a uma entrega com prazo definido. Portanto, os estudantes que passaram por esta experiência no Periférico merecem o reconhecimento pelo esforço e resistência.

Por outro lado, Sanoff (2010) defende que a participação produz uma voz diferente daquela obtida por meio do voto e da consulta popular, procurando uma voz capaz de reconhecer o interesse de outros grupos, apreciar a necessidade de compartilhamento e trocas de pontos de vista e gerar um senso comum de pertencimento. Assim, melhora o comportamento dos cidadãos gerando julgamentos com mais informação e reflexão, melhor senso de eficácia política e aumento na frequência de ações políticas.

Davis et al. (2013) coloca a importância de se conhecer a comunidade para promover eventos com o envolvimento efetivo da comunidade. A partir deste conhecimento, Davis et al. (2013) enumeram os seguintes princípios para esse planejamento: inclusão, respeito, clareza de propósitos e competências, fortalecimento do conhecimento, estreitamento de relações entre os atores, confiança, envolvimento sustentável, apresentação de resultados.

A forma como ocorre a participação depende, e muito, tanto das metodologias de trabalho aplicadas como também da forma como são conduzidas. O grupo Periférico utiliza de algumas técnicas do “Manual de Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal” (LNECP, DED/NAU 2013) que enumera 13 métodos e 57 técnicas de participação comunitárias responsáveis pela dinâmica do processo participativo. Os métodos compreendem: planejamento estratégico, visão, processo charrete, planejamento comunitário de ações, pesquisa-ação participativa, jogo participativo, sessões de trabalho, avaliação e preferência visual, juri ou conferência de cidadãos, painel de peritos, células de planejamento, tertúlia e avaliação de pós-ocupação.

Quanto às técnicas, acredita-se que seu estudo seja mais efetivo quando se busca estabelecer uma relação entre a condução de processos participativos e ao fato de estes serem realmente instrumentos de democratização das decisões. Estas constituem “um conjunto de meios postos em ação com vista à obtenção de um fim predeterminado segundo uma lógica produtiva” constituindo “parte integrante de um ou mais métodos” (DED/NAU, 2013). Estas são agrupadas em seis conjuntos, a saber: (1) técnicas de tomada de consciência – nas quais há um viés pedagógico de mostrar a comunidade o contexto em que se inserem; (2) técnicas indiretas – representadas em sua maioria pelos questionários e pesquisas nos quais não há interação direta com a comunidade; (3) técnicas de interação de grupo – referentes às atividades que buscam a integração e interação do grupo, fortalecendo o mesmo; (4) técnicas abertas – ações sem um fim previamente definido e que podem gerar resultados inesperados; (5) técnicas de exploração de ideias (brainstorming) – busca de desenvolvimento de um pensamento coletivo através do levantamento de várias ideias presentes no imaginário coletivo de uma comunidade; (6) técnicas de base tecnológica – o uso de recursos tecnológicos como a internet, redes sociais e o mapeamento virtual como forma de ampliar a participação.

A importância da eleição adequada das técnicas está relacionada com os objetivos que se deseja alcançar, com o contexto e com a capacidade de envolvimento da comunidade. As técnicas que

⁷ Hoje são arquitetos: Luisa Venâncio, Eduarda Aun, Julia Luna, Adauto Melo, Lucas Parahyba, Natália Magaldi Bomtempo, Pedro Ernesto Chaves Barbosa, Débora De Boni, Priscila Mitti, Fernanda Galvão, Isadora Laner, Camila Cardoso, Raquel Bráz, Camila Maia, Nara Cunha, Daniel Melo, Caio Monteiro, Marina Eluan. Outros que ainda estão no processo, Mayara Beat, Kariny Nery, Caio Fiuza, Stephanie Souza, Talita Malboni e Gabriela Heusi.

exigem alto grau de envolvimento apenas devem ser aplicadas em comunidades que possam oferecer esse retorno, da mesma forma que, em casos de urgência, o processo deve utilizar uma técnica capaz de gerar resultado em pouco tempo como, por exemplo, caminhadas com a população para uma primeira apreensão do espaço, desenvolvidas pelo movimento Jane's Walk⁹ e mapas mentais produzidos na metodologia de Kevin Lynch.

A partir desse conhecimento, a estruturação do processo participativo do grupo Periférico teve como base os métodos e técnicas do manual do LNECP (DED/NAU, 2013) buscando: (a) aproximação com a comunidade por meio de eventos, questionários e entrevistas; (b) o entendimento do problema e análise do contexto; (c) o desenvolvimento de soluções por meio da discussão e escolha dos padrões; (d) apresentação de propostas alternativas e escolha da mais adequada; (e) apresentação do produto. É importante destacar que as técnicas ou métodos participativos variam de acordo com o perfil da comunidade e envolvimento do pesquisador.

RESULTADO: SÍNTESE DO PROCESSO METODOLÓGICO APLICADO AO PROJETO “A RUA DO JOVEM DO VARJÃO”.

O grupo “PERIFÉRICO, trabalhos emergentes” atuou em diversas comunidades periféricas do Distrito Federal como Itapoã, Ceilândia, Vila Telebrasil, Vila Planalto, Vila Cauhy, Varjão na região do entorno do DF em Goiás como Luziânia e Valparaíso bem como assentamentos da Reforma Agrária na região de Planaltina como o Assentamento Pequeno William do MST e a cidade de Cavalcante na Chapada dos Veadeiros, além de áreas centrais como o CONIC. Para ilustrar a metodologia escolheu-se como estudo de caso o projeto “A Rua do Jovem do Varjão” desenvolvido pela estudante e hoje arquiteta Natalia Bomtempo¹⁰, por ser um projeto de urbanismo participativo conforme relatado anteriormente sobre as novas demandas para a área de arquitetura e urbanismo.

O Varjão do Torto encontra-se entre o Lago Norte e o Setor Habitacional Taquari duas regiões nobres de Brasília, e dista 12 km da Rodoviária, centro da capital. Apesar de estar em área privilegiada fisicamente, esta região é extremamente frágil dos pontos de vista geográfico e ambientalmente. Atualmente, é caracterizada pela grande concentração de crianças e jovens, os quais possuem o hábito de permanecer nas ruas durante os dias. Esses jovens são vítimas da falta de atividades destinadas a eles. Os espaços públicos do Varjão não proporcionam qualidade adequada para o descanso e diversão da população, principalmente para os jovens, que são constantes nas ruas, durante o dia e a noite.

Embora existam alguns projetos sociais sem fins lucrativos e desenvolvidos por próprios moradores em parceria com a Administração do Varjão, que visam ocupar o tempo dos jovens, essas ações não são suficientes para conter o ócio de boa parte da população. Como consequência, as crianças e jovens são marginalizados e logo cedo se envolvem com o tráfico de drogas que é crescente na vila. Tendo em vista tais problemas, o projeto tem como diretriz principal estabelecer conexões entre os espaços públicos e culturais existentes por meio de uma “trilha para jovens”, que resultou na “Rua do Jovem do Varjão”, visando atender às necessidades

⁹ Criado por um instituto com o mesmo nome, no Canadá, que busca reaver o discurso de Jane Jacobs em “Morte e Vida de grandes cidades”. As caminhadas, que acontecem esporadicamente e são abertas a todos os públicos, promovem o debate sobre as cidades.

¹⁰ As etapas mais detalhadas podem ser encontradas nas publicações dos anais do 1º Congresso Internacional de Espaços Públicos que ocorreu em Porto Alegre, no PNUM 2016 - Portuguese-language Network of Urban Morphology (PNUM) que ocorreu na cidade de Guimarães em Portugal e no PLURIS 2016.

de lazer das crianças e dos jovens, para que assim eles tenham mais motivação nos estudos e na vida.

Na primeira etapa, foi elaborada uma atividade que promoveu uma caminhada com os jovens, na qual houve uma troca de ideias e a apresentação da cidade por eles. Essa atividade foi elaborada como forma de um primeiro contato com a comunidade, inspirado no movimento Jane's Walk. Essa metodologia foi adotada no Varjão, com o intuito de incentivar os jovens a debater sobre os problemas e potenciais da vila. A divulgação do acontecimento ocorreu através das redes sociais, com um evento criado no Facebook intitulado "A 1ª Caminhada dos Jovens do Varjão" marcado para o dia 1º de maio de 2015. O evento foi divulgado nas páginas conhecidas pela comunidade como a página "Enquanto isso no Varjão", também do Facebook. Esse momento foi de grande valor, pois assim foi possível identificar alguns aspectos sociais e culturais existentes na vila.

Depois, com a colaboração da Administração, houve um momento no qual os jovens preencheram um questionário pontuando o que é mais importante para eles na cidade, do que eles gostam e não gostam no Varjão e do que eles sentem falta nos espaços públicos da vila. Por fim, houve a criação de mapas mentais, realizados em forma de desenhos. Estes mapas são importantes para a percepção dos diversos elementos que favorecem a criação de uma identidade, sua visibilidade, a força ou a fragilidade da imagem da cidade (LYNCH, 2011, p.18). Logo, a partir da análise dos mapas foi possível identificar elementos que são marcantes na memória dos jovens. A dinâmica dos mapas mentais renderam desenhos interessantes pois foi possível identificar lugares, que são comumente lembrados pelos jovens tais como: Escola, o C.R.A.S, a loja de conserto de bicicleta - que também é um ponto de encontro -, o posto policial, os P.E.C e a arborização da Praça do Bosque.

Logo, aproveitando a Semana da Mobilidade DF que ocorreu de 20 a 27 de setembro de 2015, e em contato com a ONG Rodas da Paz, surgiu a ideia de fechar um trecho da Avenida Principal no dia 20 de setembro, sendo assim, o marco de início da Semana da Mobilidade. Com essa ideia, procurou-se por Coletivos atuantes no Varjão que pudessem apoiar a causa. O primeiro grupo que mostrou interesse foi o Coletivo das Ruas, que atua também no Varjão, oferecendo aulas de Teatro, Danças e realizando apresentações para os jovens. A eles, foi incumbida a responsabilidade de buscar e oferecer atividades a serem realizadas na Rua de Lazer. Posteriormente, foi feito o contato com o mestre de Capoeira Aladin do Grupo Raízes que se dispôs a ministrar uma oficina de Capoeira com seus alunos e quem mais tivesse interesse. A proposta já elaborada com atividades, horário, data e local foi levada à Administração Regional do Varjão, que mostrou muito interesse pela iniciativa, e se mostrou à disposição para encaminhar os Ofícios necessários para o fechamento da Avenida ao DETRAN, órgão competente para isso.

Feitas as parcerias, deu-se início à busca de mais atividades, oficinas e apresentações que poderiam ser ministradas e realizadas com os jovens na rua. Vários coletivos e grupos culturais participaram do evento, oferecendo oficinas. O Rodas da Paz, por exemplo, mobilizou seu grupo para realizarem a ocupação da rua. Assim se deu a primeira rua de lazer do Varjão denomina "A Rua do Jovem do Varjão" (Figura 4). A divulgação ocorreu através das redes sociais, panfletagem e por um carro de som que passou três dias antes do evento e no dia anterior. A Administração ficou



Figura 4 – Cartaz da 1ª Rua do Jovem do Varjão

responsável pelo equipamento de som, pelas tendas e pela distribuição de água. Logo que o DETRAN fechou a rua no trecho proposto, os jovens foram chegando aos poucos, com suas bicicletas, skates e patins. Em poucos minutos havia muitas crianças brincando, mesmo sob o sol quente. Dentre as atividades realizadas, houve Capoeira, apresentações musicais de Rap e Gospel, Maracatu, aulas de Zumba, oficinas e o mutirão de pintura de uma faixa de pedestres colorida na Avenida Principal, em um trecho onde há intensa movimentação de estudantes (Figura 5). Dado o sucesso da “Rua do Jovem no Varjão”, o evento entrou para a agenda da Administração Regional. A intenção é que a cada rua do lazer ocorra duas vezes por ano. Até o momento está na 3ª edição, o muro da escola e a arquibancada da praça principal com losangulos coloridos foram pintados pelas crianças. O objetivo é fazer as intervenções aos poucos para os jovens irem se apropriando do espaço para que reivindique do governo as obras necessárias para a transformação da rua em mão única com espaços destinados para pedestres, ciclistas e skatistas.



Figura 5 – A 1ª Rua do Jovem do Varjão: corrida de bicicleta, pintura de faixa de pedestre, banho de mangueira e roda de capoeira com o Mestre Aladin.

O processo de projeção se deu conforme as três etapas: análise do contexto físico e socioeconômico, elaboração de padrões, participação da comunidade para elaboração de propostas alternativas por meio dos padrões, até a entrega do produto final (Figura 6).

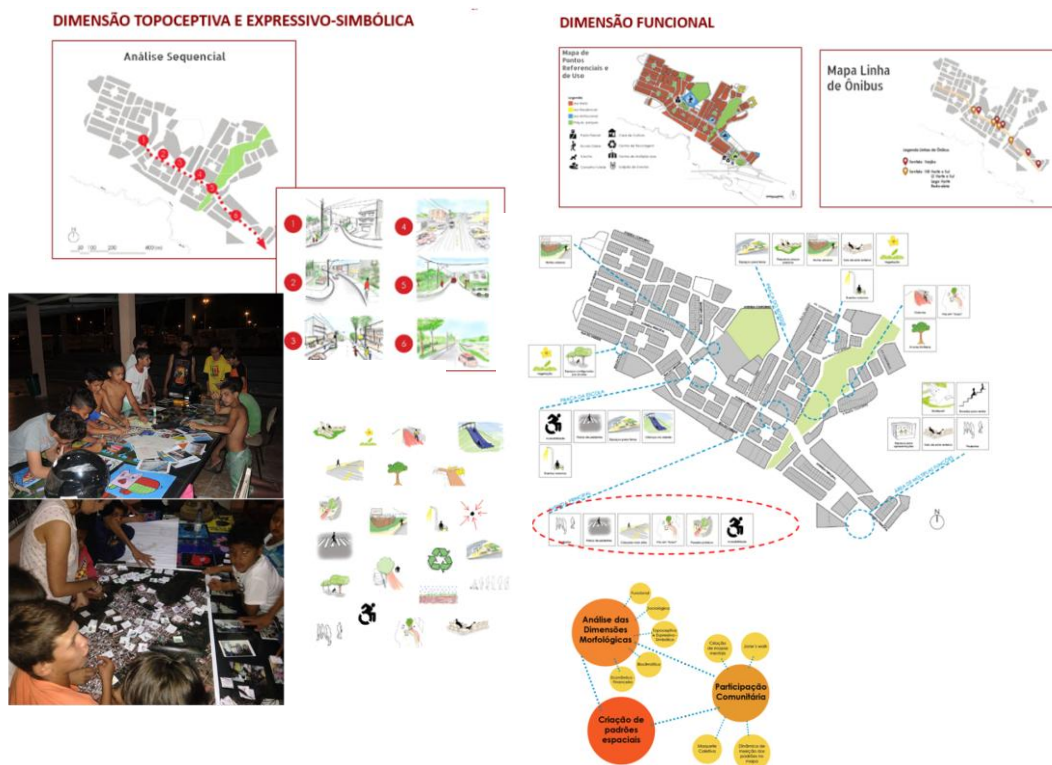


Figura 6 – Metodologia aplicada: análise do contexto, elaboração dos padrões, jogo dos padrões.

A atividade do jogo dos padrões foi feita com o uso de um mapa do Varjão (Vista aérea), e com cartilhas com os desenhos dos padrões. 1) As cartilhas apresentaram os desenhos dos padrões de um lado, e do outro, a descrição de cada um. 2) As crianças e jovens puderam identificar e posicionar os padrões no mapa e puderam sugerir possíveis soluções. Posteriormente, após os riscos preliminares de projeto, foi feita uma maquete que foi analisada pelo grupo. Podendo assim, sugerir mudanças. A figura 7 ilustra o projeto final, com destaque para o trecho da praça principal.



Figura 7 – Projeto Final da Rua do Jovem do Varjão apresentado ao governo de Brasília, na Administração do Varjão desenvolvido por Natalia Magaldi Bomtempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se apresentar neste artigo a metodologia desenvolvida nos trabalhos do grupo Periférico que tem como foco trabalhar as demandas de projetos de temas marginais, pouco abordados nos cursos de arquitetura de forma emergente, envolvendo as comunidades nas participação da elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos trabalhos finais de graduação da FAU/UnB. A ênfase é no processo participativo com utilização de metodologias participativas e padrões espaciais, mas nem sempre é possível conciliar o tempo da comunidade com o tempo da universidade. Alguns projetos são mais participativos que outros. Ainda estamos longe de alcançar o ideal no âmbito da participação, principalmente porque o tempo de desenvolvimento dos trabalhos finais é curto, duração de 2 semestres, o que dificulta o processo participativo.

Até o final do semestre de 2016 foram realizados aproximadamente 18 trabalhos com temas diversos. A metodologia tem se mostrado satisfatória no processo de aprendizado dos estudantes e na qualidade dos projetos finais. Dois projetos foram premiados no âmbito internacional: projeto “Casa de Brincar”, uma creche na periferia de Brasília, na Cidade Estrutural 1º lugar na Bienal José Lutzberger no Euro-Elecs 2015 em Portugal e o projeto “O Conic ao Avesso” com a imagem “Ven a la Calle” ficou em primeiro lugar no concurso #reimagina la ciudad 2015, organizado pelo grupo Dérive Lab do México que trabalha com Urbanismo Tático. A “Rua do Jovem” foi premiado pela Revista ARQUI DA FAU UnB e pelo IAB-DF como um dos 6 melhores trabalhos do 2o semestre de 2015.

Foram realizadas publicações em congressos nacionais e internacionais: Habitar 2015 e 2016, I Congresso Internacional de Espaços Públicos 2015, Euro-Elecs 2015, Sustainable Building

Environment BBE 2016, ENEPEA 2016, Pluris 2016, PNUM 2016. Outro aspecto importante é que alguns projetos tem continuidade, mesmo quando o estudante obtém o diploma, como a Rua do Jovem do Varjão, Espaços Socioprodutivos MST, Circuito Cultural em Valparaíso, Parque Ecológico Sementes do Itapoã. Alguns estudantes também conseguiram disseminar algumas parcerias ao longo do processo porque cumprem o papel de articulador durante o tempo de desenvolvimento do trabalho final, o que tem contribuído para formação de novos coletivos de arquitetos como o MOB e o Da Ceí Eu Sei, entre outros. Ainda estamos longe de alcançar o objetivo de fazer um urbanismo participativo na totalidade, mas algumas conquistas devem ser ressaltadas como levar as necessidades da comunidade aos órgãos do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, C. et al. **A Pattern Language: towns, buildings, construction**. New York: Oxford University Press, 1977.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem**. Brasília: Tese PPG- FAU/UnB, 2014.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Agenda verde X Agenda marrom: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos**. Brasília: Dissertação PPG-FAU/UnB, 2005.

DAVIS, D. et al. **Participation tools for better community planning**. California: The California Endowment, 2013.

DED/NAU. **Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo: levantamento e descrição de métodos e técnicas**. Lisboa: Relatório 41/2013, I&D Edifícios.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira 8ª edição, 1985 (1ª edição, 1969).

FREIRE, Nita e OLIVEIRA, Walter Ferreira de Oliveira. **Paulo Freire. Pedagogia da Solidariedade**. Editora Paz e Terra, 2009.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – **Plano Nacional de Extensão Universitária**. maio, 2012. Disponível na RENEX <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> Acesso em setembro de 2016.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – **Carta de São Bernardo do Campo**. São Bernardo do Campo, maio, 2016. Disponível na RENEX. <https://www.ufmg.br/proex/renex/>. Acesso em setembro de 2016.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HOLANDA, Frederico Borges de. **Arquitetura sociológica**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, vol. 9, n.1, p. 115-129, ANPUR, maio 2007.

KOHLSDORF, Gunter; HOLANDA, Frederico. A arquitetura como situação relacional. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779577256219/holandaekohlsdorf.pdf>>.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Diretrizes gerais para as disciplinas de projeto de arquitetura e urbanismo.** Curso de Arquitetura e Urbanismo - Colegiado das disciplinas de Projeto de Arquitetura E Urbanismo do Centro Universitário UNIEURO. Brasília, 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MONTANER, Josep Maria e MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política. Ensaio para mundo alternativos.** Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2013.

ROSA, Marcos Leite. Microplanejamento urbano: práticas urbanas criativas. São Paulo: Cultura, 2011.

SALINGAROS, Nikos. **A linguagem de padrões e o desenho interativo.** Tradução por Lívia Salomão Piccinini do texto on-line originalmente publicado no Poiesis Architecture (Toulouse), no15, 2003.

SANOFF, H. **Multiple Views of Participatory Design.** METU JFA, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade** – 3ª edição. Cortez, São Paulo, 2011.